



COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS E COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. PROTAGONISMO E DEFESA DOS POVOS DA AMAZÔNIA

Basic Ecclesiastical Communities, Human Rights Defense Commission, and Pastoral Land Commission. Protagonism and defense of the peoples of the Amazon

Manuel do Carmo da Silva Campos¹

Resumo

O surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra na Diocese de Parintins no Estado do Amazonas, se dá concomitantemente a partir das proposta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Norte 1 às suas dioceses na década de 1980, Dom Arcângelo Cerqua, bispo de Parintins, propõe essas três dimensões pastorais em sua diocese e assim, se inicia esse trabalho entre as comunidades urbanas e rurais nos municípios do Médio e Baixo Amazonas: Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Maués, Nhamundá e Parintins. Neste artigo, em forma de relato de experiência de seu autor, nos trabalhos pastorais e cidadão iniciados em 1985, desde a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Maués, Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora de Lourdes de Parintins em articulação com as demais paróquias da diocese mencionada, movimentos sociais e instituições da sociedade civil, demonstra sua convivência, escuta e observação com o povo, religiosos, religiosas, padres diocesanos e bispos, e o seu desenvolvimento a partir daí, nesses longos quarenta e um anos acompanhando esse Protagonismo e Defesa desses Povos da Amazônia nessa geografia cortada por águas, florestas, biodiversidade e habitada por ribeirinhos, quilombolas, povos originários, caboclos, caçadores, comerciantes, pescadores, extrativistas, fazendeiros, trabalhadores rurais e demais povos urbanos.

Palavras Chaves: Espiritualidade, Antropologia, Metodologia, Ética, Moral.

Abstract

The emergence of the Basic Ecclesial Communities, the Human Rights Defense Commission, and the Pastoral Land Commission in the Diocese of Parintins in the State of Amazonas occurred simultaneously with proposals from the National Conference of Bishops of Brazil, North Region 1, to its dioceses in the 1980s. Bishop Arcângelo Cérqua of Parintins proposed these three pastoral dimensions in his diocese, thus initiating this work among urban and rural communities in the municipalities of the Middle and Lower Amazonas: Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Maués, Nhamundá, and Parintins. This article, in the form of an account of the author's experience in pastoral and civic work initiated in 1985 from the Parish of Our Lady of the Conception of Maués, Sacred Heart of Jesus and Our Lady of Lourdes of Parintins, in conjunction with other parishes of the aforementioned diocese, social movements and civil society institutions, demonstrates his coexistence, listening and observation with the people, religious men and women, diocesan priests and bishops, and its development from there, in these long forty-one years accompanying this Protagonism and Defense of these Peoples of the Amazon in this geography crossed by waters, forests, biodiversity and inhabited by riverside dwellers, quilombola communities, indigenous peoples, caboclos, hunters, merchants, fishermen, extractivists, farmers, rural workers and other urban populations.

Keywords: Spirituality, Anthropology, Methodology, Ethics, Morality.

Introdução

Este texto discute e levanta questões sobre as origens das Comunidades Eclesiais de Base, Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra na Diocese de

¹ Teólogo e Filósofo – Doutor em Teologia Moral pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor da Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: mcampos@uea.edu.br.



Parintins. O autor relata e apresenta situações vividas, ouvidas e observadas na prática pastoral e cidadã das pessoas católicas, cristãs, religiosas e sem crenças específicas que participaram com ele dessas experiências em seus cotidianos na expectativa da construção do Reino de Deus e de cidadania. Sem dúvida, é um estudo que apresenta desafios e limites, haja vista a ausência de todos os relatos de experiência e fatos ocorridos nessa trajetória de 41 anos, descritos nessas poucas páginas. Para isso, futuramente, se pretende realizar uma pesquisa teológica, pastoral e histórica mais apurada. De qualquer modo, esperamos que este ensaio possa contribuir com o debate sobre as questões pastorais, teológica, sociais, antropológicas, políticas e das ciências da religião, entre os diversos leitores da academia, igrejas e do povo em geral.

Comunidades Eclesiais de Base

As Comunidades Eclesiais de Bases no Brasil vêm sendo estudadas por inúmeros autores (FERNANDES, 1984; ALVES, 2018; BARBOSA, 2007; DIAS, 2022) na Diocese de Parintins tiveram seu início bem antes de 1985 com os grupos de evangelização na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Maués com os trabalhos pastorais do Pe. John Mayka, Pe. João Andena, ambos do Pontifício Instituto das Missões Exteriores (PIME) e do primeiro padre diocesano, Pe. Dilson Brandão Pereira, natural da Terra do Guaraná. Pe João Andena, dedicou 20 anos de sua vida evangelizando o povo de Maués com um estilo pastoral articulado e integrado à realidade e desafios desses povos da floresta no enfrentamento ao sistema capitalista dos patrões e regatões dos grandes rios que cortavam a geografia de sua paróquia.

Desse trabalho brotou a vocação do Pe. John Mayka, natural dos Estados Unidos, seu confrade do PIME, segundo informações de bastidores, quando era seminarista assistiu um Filme de Missão na Amazônia, onde um dos protagonistas era o Pe. Andena, um italiano dos olhos azuis da cor do céu, retratando o manto sagrado de NS da Conceição e as cores do Boi Caprichoso. Mayka o após sua ordenação presbiteral, veio trabalhar com ele em Maués, dedicando, também, parte de sua vida aos ribeirinhos, jovens e demais habitantes da cidade num trabalho pastoral, libertador e emancipador do Reino de Deus e cidadania entre as pessoas. Do trabalho pastoral e autoridade a serviço do povo de Deus que João Andena protagonizou, brotou a vocação do primeiro padre diocesano da Diocese de Parintins, Pe. Dilson Brandão Pereira, já falecido, um amazonense de olhos verdes, os quais retratavam a beleza da Floresta Amazônica, após sua ordenação, veio trabalhar com seu inspirador do seguimento das pegadas do Homem de Nazaré. Muitos outros padres filhos de Maués provieram do trabalho pastoral de



João Andena, Pe. Francisco Assis Serrão Dinelly, 2º presbítero diocesano, Pe. Arilton Cascais, 3º padre, filho da cidade do Guaraná, 7º diocesano da Diocese de Parintins. Maués se tornou um berçário de presbíteros nesses longos 40 anos, Pe. Carlos Góes, Pe. Orivaldo da Costa, Pe. Dorival Nascimento, Pe. Oziel Cristo (Etnia Sateré Mawé), Pe. Elias Coimbra, Pe. Irley Koide e Pe. Jaime Coimbra do Nascimento da Congregação do PIME. Isso sem falar das religiosas, filhas de Maués, que brotaram do trabalho das irmãs que chegaram e foram contemporâneas do Pe. Andena. Cito apenas algumas que consegui nas minhas buscas: Irmã Magali Dinelli, Irmã Rita Desideri, Irmã Alcinete Cardoso e Irmã Maria Michiles.

Quanto ao surgimento das Comunidade Eclesiais de Base (CEBs) na Paróquia da cidade dos Sateré-Mawé, as informações de Irmã Celina Missura, que mora atualmente no Paraná, em uma mensagem escrita pelo whatsapp no dia 14.08.2025 às 11h59, dão conta.

Quando cheguei em Maués, o Pe. João Andena já estava organizando a cidade para atender às Comunidades de Base. Meu trabalho começou no bairro Ramalho Junior, onde dividi a área em setores e fui conhecendo as lideranças. Realizávamos várias atividades nas casas, como Novenas de Natal, Celebrações da Quaresma, além de oferecer apoio espiritual aos doentes. Tudo isso na linha das Comunidades de Bases (CEBs) do Brasil. Nossa atividade começou a incomodar os responsáveis pelo poder, como prefeito, o delegado, o juiz e alguns empresários porque nossas reflexões levavam a ações concretas, como reivindicar melhorias para a comunidade. Das irmãs envolvidas eram Cléia Bagundes Pereira, Bernadetta Gabercec, Paula Kumagai, Rosa de Oliveira e eu Celina Missura. Outras irmãs passaram por lá, mas foi rápido. O trabalho teve ênfase na formação de lideranças tanto da cidade como do interior.

Quando eu, autor deste estudo, estive nessa cidade fazendo meu estágio teológico a partir de janeiro de 1985, retornando do Rio de Janeiro ao Amazonas, até agosto desse mesmo ano, já havia esses diversos grupos de evangelização organizados nas comunidades urbanas e excelente articulação nas comunidades rurais. O Pe. Dilson Brandão Pereira, natural de Maués, já falecido. Pe João Adena, e as irmãs da Imaculada, entre elas a parintinense, Maria do Carmo Farias, que lá permaneceu durante os anos de 1985 até 1987, conforme sua informação dada no dia 15.08.2025, da Guiné Bissau na África, onde se encontra atualmente, eram os religiosos que estavam nessa época na Terra do Guaraná. Vale observar que esse trabalho seguia o Método Ver, Julgar e Agir, criado pelo Mons. Cardim, fundador da JOC (Juventude Operária Católica) na Bélgica em 1925, que se desdobrou nas reflexões da Teologia Latino-Americana, muito bem sistematizado na tese doutoral, transformada em livro do teólogo brasileiro Clodovis Boff, irmão de Leonardo Boff e Lina Boff (SILVA, 2009; BOOF, 1980 e 2015).

Ao retornar a Parintins, no dia 26.08.1985 às 9h, Dom Arcângelo reuniu com os padres



em sua casa, nessa reunião, também, foi levantado os desafios do estabelecimento das Comunidades Eclesiais de Base na diocese. No final do encontro fui nomeado a nível diocesano, Manuel do Carmo da Silva Campos, coordenador das CEBs, já era diácono. Foi então que se propôs aos presentes, atendimento à demanda de Dom Cérqua. E a partir dali se iniciaram as articulações solicitadas pelo bispo diocesano.

Essa dimensão pastoral referida, foi assumida pelos padres de cada paróquia. As CEBs se articularam nas paróquias da Diocese. Após a minha ordenação presbiteral em 17 de novembro de 1985, com a nomeação de vigário paroquial da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, no dia 07.12.1985, cooperando com o Pe. Francisco Luppino, da qual a Igreja de Nossa Senhora de Lourdes fazia parte com suas inúmeras comunidades rurais, esse trabalho foi muito bem desenvolvido. Dois anos depois, essa Igreja do Palmares, integrando Nossa Senhora de Nazaré, São Vicente de Paulo e Santa Rita de Cássia e as comunidades rurais dos rios Mamuru, Tracajá, Uaicurapá, Jacu e Jará, constituíram a mais nova Paróquia da Diocese, Nossa Senhora de Lourdes, erigida no dia 08.12.1987, desmembrada da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, da qual fui o primeiro pároco, nomeado nesse mesmo dia de sua criação. Dos cinco grupos de evangelização organizados pelo Pe. Francisco Assis Serrão Dinelly, que atuou em Nossa Senhora de Lourdes, até sua ida para estudar em Roma, quando foi a minha vez de ir em agosto de 1990, também, para os estudos de Doutrina Social da Igreja na Capital da Igreja Católica do Ocidente, deixei na então Paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, 25 grupos de evangelização, constituídos em CEBs, que os padres Benito de Pietro e João Andena, continuaram esse trabalho, o articulando muito bem, e depois com outros padres que vieram, entre eles Pe. Marco Aurélio, que em 2018 estava nessa paróquia e, atualmente, neste ano de 2026 com o Pe. Luiz Carlos Oliveira.

O estilo do trabalho das CEBs em Parintins não foi muito diferente de seu início em Maués. Partia-se do mesmo método e da Espiritualidade do Evangelho Mt.25ss., as reações dos representantes do poder político e seus detentores que se sentiam incomodados, trouxeram muitos entraves para o trabalho da Diocese de Parintins. Houve momentos que Dom Arcângelo Cerqua teve que interferir junto a esses que se diziam poderosos, evidenciando a autonomia e o compromisso da Igreja do Brasil com as camadas subalternas na perspectiva da “opção preferencial pelos pobres” requerida pelo Vaticano II, Conferência Latino-Americana, versada na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Detalhando esse estilo Cebiano de Igreja, toda a pastoral urbana na Igreja de NS de



Lourdes iniciada em 1985, e mais tarde paróquia, era constituída em celebrações, sacramentalizações, discussões e debates sobre espiritualidade, religiosidade, questões sociais, econômicas, políticas, cidadã e ambientais partindo do triple: ver, julgar e agir. Pelo ver se escutava, via e analisava o entorno circundante relacionando aos mais abrangentes regional, nacional e internacional. No julgar se incluía a palavra de Deus da semana, quando possível, os padres da Igreja, teologia, documentos dos papas, do CELAM e da Igreja do Brasil, e a literatura científica das ciências sociais e da natureza aportando e fundamentando esse julgar. O Agir, implicava nas tomadas de atitudes práticas, ações emergentes ou programadas durante certo percurso na tentativa de buscar soluções.

Os 25 grupos de Evangelização da Paróquia de Lourdes nos seus bairros, se reuniam sempre nas quarta-feira, entre às 19h até às 21h30, para que pudéssemos os visitar em nossa motocicleta, doada por uma fiel italiana. O ponto de partida era sempre o aprofundamento do evangelho do domingo antecedente, na dinâmica do ver, julgar e agir. Nesse caminhar foi se descobrindo a necessidade de formação das pessoas em diversas dimensões, incluindo a evangélica, sacramentalização, reivindicações das políticas públicas a quem de direito para o enfrentamento das injustiças causadoras da pobreza e mal-estar social. Implementações de ações concretas espirituais, humanas, sociais, políticas e ambientais. Todas as atividades propostas pela Igreja do Brasil eram realizadas nos Grupos de Evangelização, Campanha da Fraternidade, Celebrações Quaresmais, Mês Vocacional, Mês da Bíblia, Mês Missionário, Novenas de Natal, tendo sua coroação na Igreja de cada comunidade e sede paroquial.

A programação pastoral anual da Paróquia de NS de Lourdes na cidade se iniciava nos primeiros meses de cada ano, realização de cursos à noite ou nos finais de semana: bíblicos, pastorais, liturgia, formação humana, social, econômica, política e ambientais. Para isso tínhamos, depois de um certo tempo, a colaboração de nossos paroquianos da cidade e do interior, que faziam Cursos de Teologia pela Universidade Santa Úrsula na Escola de Teologia da Arquidiocese de Manaus - CENESC, pelo CEBI organizado pela CNBB Norte 1, e participavam das formações dadas pelo CDDH Norte 1, CPT Regional Amazonas, e outras instâncias quando necessária. Encontro mensal ou de dois em dois meses na paróquia com os participantes dos grupos de evangelização, sempre com formação, escuta, encaminhamentos e orações.

A partir de agosto até setembro, tínhamos uma assembleia geral das comunidades, Igreja de NS Lourdes, NS de Nazaré, Santa Rita de Cassia e São Vicente de Paulo para escuta,



avaliação e novos encaminhamentos a serem dados. Entre os meses de outubro e novembro acontecia os retiros por comunidades nas igrejas templos, iniciava sábado às 19h e terminava domingo no final da tarde ou à noite com a missa, eram abertos aos moradores dos bairros, incluindo confissões a partir do domingo à tarde, para isso tínhamos a colaboração dos colegas padres da cidade.

Além dessas atividades na Paróquia de Lourdes e suas Igrejas, ocorriam as que não podem faltar com as equipes e grupos organizados: catequese semanal de crianças para 1ª Confissão e Eucaristia; preparação sacramental de pais de crianças a serem batizadas em datas estabelecidas; encontros semanais de jovens e adultos, incluindo preparação para o batismo, crisma e do sacramento do matrimônio (entre esses catequistas não podemos deixar de lembrar muitos homens e mulheres de Deus, Luiz Henrique, já falecido, Raimundinho de Oliveira, já falecido, Oswaldino, Maria do Rosário, Dona Raimundinha Picanço, Graça Guedes, Maria Ilma, Rosalba, Edvandro e muitos outros); Equipe de Liturgia, com reunião semanal, destaque especial para Marilza, Preta, Nazaré, Valcinei, Oswaldino, Zé Castro, Maria Lea, Tia Deusa nossa brilhante zeladora da Igreja de Lourdes e muitos outros e outras; reunião semanal dos Marianos (sábado à noite) e Apostolado de Oração (domingo pela manhã) e Alcoólicos Anônimos; grupos de jovens (Emílio Carlos, Valcinei, Nazaré, Reinaldo, Toninho e outros); equipe de visita aos doentes encabeçada pelos ministros e ministras da Eucaristia, entre eles e elas, Sr. Francisco, Antonino e Lourdes Amoêdo. E o trabalho administrativo educacional dos cinco Jardins da Infância, (meninos e meninas dos olhos a nível diocesano do Pe. Francisco Lupinno) da Paróquia: Palmares, NS de Nazaré, Sementinha, Santa Rita de Cássia e São Vicente de Paulo. Todas essas atividades eram coroadas na festa religiosa e humana das padroeiras e padroeiro, ocasião para realização das crismas, batizados, casamentos, 1ª Confissão e Comunhão, Confissão e Unção dos enfermos com missa para os doentes de cada Igreja. Nessas festas aconteciam as confraternizações entre os participantes das comunidades nos quatro bairros da Paróquia de Nossa de Lourdes de minha época.

Na pastoral entre as comunidades rurais desde 1985, no início se incluíam as comunidades da Gleba Vila Amazônia, Paraná de Parintins e Paraná do Espírito Santo do Meio e de Baixo da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, isso até 1987, depois se estendeu só às comunidades dos Rios Mamuru, Uaicurapá, Jará, Jacu e Tracajá. A programação seguia o mesmo perfil das comunidades urbanas, tendo suas diferenciações e apropriações ao povo do campo. Iniciávamos, o padre e sua equipe, muitas vezes só com o motorista do barco, as



desobrigas, que seguiam as seguintes atividades: chegada à comunidade, após a recepção, muitas vezes solenes no porto da comunidade, breve oração na igreja, depois do café, atendimento às confissões, início da noite, enquanto o povo fazia a novena com a reza do terço. No outro dia pela manhã, ocorria a celebração da missa, com realização de batizados, casamentos, 1ª eucaristia das crianças e adultos. Após a missa, reunião com a comunidade, almoço e seguíamos para outra comunidade. Nessa programação atendíamos 6 comunidades por semana e 24 por mês. Dom Arcângelo exigia que nos domingos os padres deveriam estar na cidade para atender às necessidades das comunidades urbanas e pelo Código de Direito Canônico da Igreja Católica do Ocidente, o padre só pode celebrar três missas por dia, especialmente, nos domingos e dias de festas e guarda. Só com licença especial e motivo bem justificável, o bispo em acordo com a Sé Apostólica Romana, pode permitir a celebração de uma quarta missa, autorização essa que nosso bispo conseguiu.

Nesse sentido, depois de certo tempo, tivemos que mudar o ritmo de nossas desobrigas. Após a saída de Parintins para as comunidades rurais, chegávamos na metade da tarde na comunidade, depois da recepção no porto da comunidade, oração na igreja, seguido do café, fazíamos logo durante à tarde o atendimento das confissões e jantar no início da noite. A missa a partir das 19h, durante a celebração ocorria a realização dos batizados das crianças e adultos, casamentos e 1ª Eucaristia das crianças e adultos. Depois do encerramento, um pequeno relaxamento com algumas atividades de lazer e em seguida dormitada na rede no barco, que era equipado tipo uma casa. Pela manhã muito cedo se seguia para outra comunidade, distâncias entre 30 minutos, 01h a 1h30 de uma comunidade para outra, muitas vezes até mais. Ao aportar na comunidade seguíamos o mesmo ritmo, após o almoço nos dirigíamos a outra comunidade. Nesse novo estilo, fazíamos até 12 comunidades por semana, mas da última comunidade, tínhamos que viajar à noite para amanhecer na cidade. Assim, chegávamos a visitar 48 por mês. Porém nunca fazíamos desobrigas seguidas, devido as demais atividades de outras envergaduras na cidade e no interior. De qualquer forma, fazíamos 4 visitas em desobrigas por comunidades ao ano, incluindo o período de festas dessas comunidades, duas no primeiro semestre e duas no segundo.

Outras atividades realizadas nas comunidades rurais no primeiro semestre de cada ano, além das desobrigas, com datas diferenciadas, eram os cursos e assembleias até três dias na semana de formação por grupos de comunidades com os conteúdos semelhantes aos dados na cidade, mas adaptados para os povos da floresta, seguindo o mesmo método, ver, julgar e agir.



Foi a partir desses cursos e assembleias que se organizou a Feira do Agricultor em Parintins. Nessa troca de saberes se descobriu que os trabalhadores estavam pagando para trabalhar, ou seja, a produção de farinha e de outros produtos, de um quadro de roça 100mX100m, não pagava os gastos e o tempo de serviço, estavam tendo prejuízos devido à exploração do regatão. Se reunindo em puxirum para trabalhar e produzir os produtos da mandioca e outras culturas, levando essa produção diretamente ao consumidor, evitando o regatão e o atravessador, se conseguia a obtenção de certo lucro para si mesmo, pagando as despesas e com o restante se comprava o necessário para viver com mais dignidade e até conseguir outros bens como vestuários, sapatos, eletrodomésticos etc.

Lembro que essa reflexão feita na Assembleia do Rio Uaicurapá, realizada na Comunidade do Remijo, se discerniu as propostas para a realização da Primeira Feira dos Agricultores que ocorreu na Praça do Sagrado Coração de Jesus no 2º Semestre de 1985 com show artístico e cultural, destaque para a participação do guitarrista Geraldo Tutuquinha, cantores, Pe. Manuel do Carmo e Manoel do PT e muitos outros. A mobilização, programação e comprometimento, foi excelente. Entre as diversas colaborações, tivemos as de amigos donos de barcos de pequenos portes que cederam suas embarcações para buscar e levar os feirantes das comunidades: Neco Paraíba, Enéas Farias, Pe. Francisco Lupinno da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, Pe. Egídio Mozzato da Paróquia da Catedral e Pe. Manuel do Carmo da Paróquia de NS Lourdes, as comunidades que tinham embarcações vinhas nelas. A Comunidade do Remijo, com seu presidente Cláudio (Coló) e o comunitário, Elias, sempre vinha em seu barquinho. A infraestrutura, desde a recepção, até a sobra de produtos e continuidade de sua venda, até a próxima feira, era organizada pelos movimentos pastorais, populares, associações de moradores recém-criadas por esses trabalhos, sindicatos e integrantes de partidos políticos comprometidos com as causas do povo humilde. O transporte dos produtos da feira que não haviam sido vendidos para o Salão da Paróquia de Lourdes, eram feitos de cortesia pela carroça de nosso paroquiano Chico Amor e pelo Caminhão Trovão Azul do meu cunhado Benedito Carlos, marido de minha irmã Antônia Maria. Se fazia uma exposição desses produtos nesse salão da paróquia e se vendia para a população urbana a preços bem mais barato que do comércio, nesse trabalho tivemos a colaboração incansável da catequista dona Raimundinha Picanço, já falecida. Após cinco anos de realização da Feira dos Agricultores de Parintins pela Diocese de Parintins através das CEBEs, CPT, CDDH e Paróquia de Lourdes, se acordou que a Prefeitura de Parintins assumisse esse trabalho.



Voltando às questões da organização e realização dos cursos e assembleias ocorridos nos rios da área da Paroquia de NS de Lourdes: Área da Ponta Alta – Comunidade do Simeão no Rio Mamuru, realizada entre os dias 20 e 22.03.1986 (lugar onde morava o amigo Tokuta, um japonês convertido ao catolicismo, afilhado de Dom João Risatti) para as Comunidades do entorno e próximas. Lembro do entusiasmo das pessoas com seus presidentes que vieram das Comunidades: São João do Rio Ipiranga, um braço do Rio Mamuru (João Monteiro, sua esposa, Conceição seus filhos, Tereza e Nelson e mais a senhora Osmarina integrante da comunidade), a mais distante, e outras, Guaranatuba (Alaíde e esposo), Sabina (José Godinho e esposa), Sumaúma (Marta e esposo) e Mocambo do Mamuru (Isaias, Senhora Negra, Águido e esposa), destacando alguns dos participantes. Após dias de muitas remadas, estavam felizes em nos conhecer e participar da formação. Devido à distância e naquela altura, eles ainda não tinham recebido nossas visitas pelas desobrigas. Fiquei bem desapontado com o lugar escolhido, ainda era longe para esse povo remador (do Semeão até essa última comunidade, São João Batista do Rio Mamuru, se gastavam 8h no Barco NS de Lourdes, máquina Kelvin 44 hp), porque eu sabia o que era remar dias, pois tinha feito muito isso com meu pai, Manoel Amaral Campos e minha mãe, Lucila da Silva Campos no Rio Amazonas, afluentes e seus lagos. Tanto é que a partir desse encontro, mudei a dinâmica para esse tipo de atividade, que não incluía todo mundo da comunidade, escolhia o lugar estratégico, e na minha passada com o barco levava as pessoas participantes comigo. Naquele tempo não havia as canoas motorizadas como os rabetas de hoje. Assim, sucessivamente, as outras duas atividades, fora do Rio Mamuru, durante o ano, eram realizadas nos Rios Uaicurapá, Jará e Tracajá. Vale ressaltar, que as despesas de alimentação e deslocamentos, eram por conta das comunidades, embora pobres e simples, partilhavam entre si para que seus integrantes participassem dos cursos e assembleias.

A última atividade realizada por Grupos de Comunidades e Rios durante o ano, além das visitas de desobrigas, na área rural, eram os retiros nos meses de outubro e novembro de cada ano. Passávamos com o barco e levávamos as pessoas das comunidades para o local do evento em uma comunidade estratégica, as comunidades mais próximas, seguiam seu processo normal de acesso. Os padres iam para a comunidade estratégica mais distante juntando as de seu entorno. Nesses lugares do retiro deixávamos os pregadores e as pregadoras, entre as pessoas estavam, Irmã Margarida Ramalho, Irmã Celene, Luiz Henrique, Raimundinho, Maria Ilma, Graça Guedes, Valciney, só lembrando alguns, que, também, nos acompanhavam nas desobrigas. Pe. João Andena participou muito conosco, foi muito gratificante ter a companhia



e a excelente contribuição desse santo homem, com quem fiz meu estágio pastoral em Maués no 1º semestre de 1985, agora estava comigo nesse lindo trabalho, íamos para os últimos lugares bem mais longe. Éramos os primeiros a encerrar o retiro com a missa, na volta realizávamos a confissão e celebrávamos a eucaristia em cada local de realização do retiro, poderíamos fazer isso numa manhã e tarde, antes eu fazia sozinho, com a presença de Pe. João Andena, foi menos exaustivo e excelente. Só que deveríamos estar em Parintins domingo às 07hs da manhã para a primeira missa na Igreja de NS de Lourdes do Palmares.

Vale salientar que para o bom êxito da Paróquia na Igreja de Jesus Cristo e da vida cristã das pessoas, pela experiência por nós vivida, com todo respeito às diversidades religiosas, o retiro é substância primordial de perseverança, reparação e conversão. Sem confissão, eucaristia e caridade, incluídas na vida de justiça, fraternidade e paz entre as pessoas, especialmente entre aos mais pobres, vulneráveis e abandonados da cidade e entre os Povos da Floresta, lutando pela sua libertação e emancipação, a Igreja católica, trai sua missão de construtora do Reino de Deus. E o “padre só é padre” ministro de Jesus Cristo, como nos ensinou nosso primeiro bispo de Parintins, Dom Arcângelo Cerqua, “quando reza, confessa e celebra”. Estou me referindo ao específico da vida cristã católica. No meu entender teológico, não é necessário sair querendo converter todo mundo ao catolicismo, e trocando sua religião cristã, católica por outra, mas viver bem seu cristianismo católico na alteridade, caridade e fraternidade com as pessoas de outras religiões e de boa vontade, parece muito própria da dimensão missionária do cristianismo na atualidade. Devemos tomar muito cuidado com a prepotência do autoritarismo do poder eclesial, que muitos de nós podemos cometer, lembro com muito sentimento a falta de prudência, ética, respeito ao outro, pela ausência de alteridade e fraternidade, querendo combater a bebida alcoólica na Comunidade de São Tomé do Rio Uaicurapá, expos através de um aviso na Rádio Alvorada da Diocese de Parintins, um cidadão, citando seu apelido, Buião, que se ele não contivesse sua bebida no quadro da comunidade iria tomar devidas providência. E, também, destitui pelo mesmo aviso, o presidente da Comunidade do Gregoste, que não lembro mais seu nome. Aproveito neste relato de experiências dessas, entre outras minhas fragilidades e exageros, para pedir perdão dessas pessoas e de outras ocorridas neste trabalho pastoral. É sempre bom seguir os ensinamentos de Jesus Cristo recomendado em Mt. 18, 15 – 17, fator esse que não ocorreu por primeiro nessa situação.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e a Comissão Pastoral da Terra



Essas duas instâncias pastorais, foram organizadas na Diocese de Parintins, também, a partir de 1985 no desabrochar das CEBs, abraçadas pelas paróquias, tendo seus representantes voluntários de até três pessoas, incluindo os municípios integrantes da Diocese. Vale lembrar que foi na Reunião dos Padres na casa do Bispo no dia 04.11.1985 às 10h, que Dom Arcângelo Cerqua, juntamente com os presbíteros presentes, designou que o diácono Manuel do Carmo da Silva Campos, ficasse responsável a nível diocesano pelas tratativas dos Direitos Humanos, temática essa muito estudada no Brasil (OEDH,2023; SOUZA, 2017; NUNES, 2022). Só lembrando de algumas pessoas, portadoras desse dom de solidariedade humana, social, política, cidadã e cristã, aos trabalhadores rurais, povos originários, ribeirinhos, pescadores, mulheres, crianças, presidiários, famílias de pessoas assassinadas, injustiçadas, drogadas, mulheres, crianças e adolescentes pobres sem moradia e demais sofrimentos mediante explorações sofridas, que iniciaram esse trabalho, discernidas e indicadas por suas paróquias: Parintins, Paróquia NS de Lourdes, Graça Guedes, Manoel do Carmo Vasconcelos, Manoel Ernesto e José Correa, trabalhador rural da Comunidade do Miriti - Gleba Vila Amazônia; Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Fátima Guedes, Nilciana Dinelly e Floriano Lins, jornalista da Rádio Alvorada; Paróquia da Catedral de NS do Carmo, José Barbosa, conhecido como Capiludo, pescador e Paróquia de São José Operário, Leonildes Gadelha e Alice, Esposa do Camoca do Boi Campineiro, moradoras do Bairro Djard Vieira.

Nos meus apontamentos da época, em 19.11.1986, os integrantes das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos Direitos Humanos da Diocese de Parintins já se faziam presentes no encontro da CPT Regional em Manaus na Maromba, retornando à diocese com a orientação de fazer conscientização sobre Direitos Humanos, Constituinte, Sindicalismo, Associações de Moradores Rurais, os Cristãos e a Política com estabelecimento de cursos sobre Fé e Política. A partir daí se desdobra todo o trabalho oficial da CPT Diocesana de Parintins, com a coordenação do Pe. Manuel do Carmo da Silva Campos, de maneira que a Diocese de Parintins com as CEBs, CDDH e CPT, está presente em massa na Assembleia Regional da CPT nos dias 26 a 31.01.1987 que teve como tema: Questões Agrárias e Encontros de Pescas na Amazônia.

Essa articulação das CEBs, CDDH e CPT, na área rural e urbana da Diocese de Parintins, foi enriquecida com a colaboração dos padres da diocese, irmãos e religiosas, destacando as Irmãs Vicentinas, Margarida Ramalho e Celene, Irmãs da Imaculada de Maués, Celina, Maria do Carmo e outras já lembradas anteriormente, Pe. Benito de Pietro da paróquia



de Nhamundá, Pe. João Andena e Dilson Pereira de Maués, Pe. Gabriel Módica e Henrique Pagane de Boa Vista do Ramos, Pe. Vicente Pavan e Pe. Mario Pasqualotto de Barreirinha, hoje Bispo Emérito da Arquidiocese de Manaus, Pe. Henrique Uggé e Salvador Cardilha da Área Indígena, Pe. Zanelly e Armando Rizza de Santa Clara, Pe. Francisco Lupinno do Sagrado Coração de Jesus, Pe. Sóssio Pezzela de São José Operário, Pe. Egydio Mozatto, Pe. José Panizzo e Silvio Miotto da Catedral, Pe. Emilio Butelli da Rádio Alvorada, Pe. Antonio Acurso da Igreja de Nazaré, Pe. João Rizatti, do Seminário João XIII, depois Bispo de Parintins e Macapá, Irmão Bruno Mascarim, grande catequista da Catedral de Nossa Senhora do Carmo, depois Pe. Bruno Mascarim, trabalhou, também, em Maués, Irmão Miguel de Pascalle, pintor da Catedral e Irmão Agostinho Sacci, evangelizador das Comunidades Aninga, Parananema e Macurany. Teve, também, grande participação e integração de várias pessoas, só lembrando algumas, Ivan Natividade, Raimundo Rocha, Fernando Rocha, Maria da Fé, Arineide Tavares, Artur e Sergio Muniz do Zé Açú, Nivaldo do Paraná de Parintins, Joel Araújo do Paraná do Espírito Santo do Meio, Álvaro da Valéria, Mundinho do paraná de Parintins de Cima, Francisco Nunes da Comunidade Independência, Daniel Araújo do Paraná de Parintins do Meio, Aderaldo Tavares, Antônio Cursino do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Marcinei do Sindicato dos Marítimos, Delorezane do Igarapé Açú, Paulo Belém do Maranhão, Paulo Gaia e Raimundo de São João do Jacu, Júlio Marialva e seus irmãos do Jauari, Marcelo do Rio Arauá, os Presidentes das Associações dos Bairros de Parintins: Palmares, São Benedito, NS de Nazaré, Santa Rita, São Vicente de Paulo, Vitor Mendonça, trabalhador rural do Mocambo do Arari e muitos outros.

Não devemos esquecer que esse trabalho proporcionou a organização da Feira do Agricultor, que continua até hoje em Parintins. Foi necessário organizar as associações de Moradores dos Bairros da cidade de Parintins, São Benedito, Palmares, NS de Nazaré e diálogos realizados com os sindicatos de Trabalhadores Rurais de Parintins, Sindicatos dos Imobiliários, Sindicato dos Marítimos e Colônia de Pescadores Z17 de Parintins. Tudo isso no planejamento de recepção e extensão da feira dos agricultores na cidade. Além das cobranças de melhorias para os bairros que começaram a ser realizadas pelas associações.

No início dos trabalhos para as formações e encontros a nível diocesano, as paróquias de municípios distantes mandavam seus representantes, custeando suas passagens até Parintins, cada integrante e morador de Parintins dava o pouso e alimentação para uma pessoa, partilhando do pouco que tinha. Logo em seguida, Dom Arcângelo, e conseqüentemente, depois Dom João



Rizatti, seguido por Dom Gino Malvestio, organizaram, juntamente conosco, um projeto para a Adveniat, que mantinha, três agentes liberados para a CPT e CDDH da Diocese, cada um recebendo um salário e meio. Se organizou e equipou uma sala na Cúria Diocesana para o atendimento das pessoas, se adquiriu um bote de alumínio com um motor de poupa de 25 hp, e o custeio das viagens para o interior de Parintins e municípios da Diocese, que eram poucas, uma vez que cada paróquia de outros municípios, tinha seus agentes, havendo um trabalho descentralizado.

Posteriormente, também, devido aos grandes desafios desse trabalho, se fez um projeto a nível regional entre a Prelazia de Itacoatiara, Diocese de Parintins e CPT Regional Norte 1, articulando a contratação do advogado Eder Coelho, que recebia 4,5 salários (quatro salários e meio) para atender todas as demandas dessas duas Igreja e quando necessário da CPT Regional Norte 1. Só lembrando, a Prelazia de Óbidos/Pará e a Diocese de Santarém/Pará, contrataram, também, Eder Coelho para atender suas demandas sociais, terra e direitos humanos nesse mesmo período. Vale destacar, que nessa época ser integrante da CPT e CDDH era muito desafiador e ariscado, Eder Coelho, sofreu um atentado, foi baleado na barriga no centro de Manaus, ao retornar para casa no início da noite, quando estava a trabalho em Manaus pela CPT Regional, crime esse que a Polícia do Amazonas nunca desvendou. Nesse período havia uma instância muito grande de defesa de território, das águas, as questões de violência eram gritantes, especialmente, na região de Presidente Figueiredo/Am., Rondônia, Roraima, Acre, Novo Aripuanã/Am, Lábrea/Am. A Comissão de Defesa dos Direito Humanos da CNBB Norte 1, tinha, também, como advogado o Dr. Mardos, natural de Recife, que vez ou outra, nos ajudava. Essa organização, de contratação de advogados aos poucos foi mudando devido às mudanças que ocorreram no Brasil, chegando ao seu encerramento, no caso de Eder Coelho, aspirava assumir outro perfil de trabalho, hoje é professor da Universidade Federal do Oeste do Pará em Santarém.

Aos poucos os primeiros liberados foram mudando para outras atividades, devido aos diversos desafios, acesso a concursos públicos e outros. Tenho informações de que a coordenação com Ernesto Xavier, ainda era remunerada, mas a de Reinaldo Trindade não sei. Após a chegada do bispo Dom Giuliano em 1999, não sei bem como funcionavam esses trabalhos. Marcelo do Rio Arauá, foi o último coordenador da CPT nesse período, já era voluntário. Num diálogo, “*ad intra*” que tive com Dom Giuliano Frigeni tempos atrás, o bispo explicou as razões, motivos e convicções, convincentes para o encerramento da CPT e CDDH



na Diocese no momento que viu necessário.

Vale ressaltar que o Bispo Dom Giuliano Frigeni nos seus 20 anos na Diocese de Parintins, ordenou 20 Padres Diocesanos, realizou o sonho de Dom Arcangelo Cerqua e a missão do PIME, sua congregação religiosa, “fundar ou atender uma diocese, evangelizar o povo e ordenar seus padres, quando isso acontecer, seguir em frente para os demais campos missionários que desabrocharem”. Além disso passou sua diocese em 12.02.2023 para o Bispo Amazonense do clero arquidiocesano de Manaus, Dom José Albuquerque, que foi seu assistido e preparado por ele para se ordenar padre no Seminário Arquidiocesano São José de Manaus. Trabalho excelente pela construção do Reino de Deus que o povo da Diocese de Parintins agradece. Parabéns, Dom Giuliano!

Destaco que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos se integrava ao trabalho pastoral da CPT ao mesmo tempo, os trabalhos da CPT aos jurídicos e de formação da CDDH. Haja vista que o CDDH era ligado à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da CNBB Norte 1, e nesse sentido a sua especificidade era cuidar da formação, denúncias, defesa de todo tipo de violações de direitos humanos no campo e na cidade, pessoas assassinadas, mulheres, adolescentes e crianças, presidiários, pescadores, regularização fundiária, conflitos agrários, povos originários, encaminhando as tratativas jurídicas junto aos órgãos públicos, quando necessárias. A CPT sempre foi um braço solidário, especificamente, aos ribeirinhos, pescadores, povos originários, trabalhadores (as) rurais, tanto no âmbito pastoral da formação, denúncia, defesa dos seres humanos, natureza e biodiversidade, e junto com os sujeitos desse processo libertador propor encaminhamentos de soluções. Vale ressaltar que diversos estudos e publicações tem ocorrido no Brasil nestes últimos anos (CASTELANO 2018; SILVA, 2012; CHAVES, 2015; CANUTO, 2019 e 2025; CPT, 2025).

Não podemos deixar de associar o início da CPT e CDDH na Diocese de Parintins enquanto instituições eclesiais a partir de 1985, embora a CPT Nacional tenha iniciado em 1975 e a Regional Amazonas em 1976, às mudanças que no Brasil começaram a ocorrer com a possível chegada da redemocratização, iniciada em 1985, com a posse de José Sarney como presidente, marcando o fim da ditadura militar que durou 21 anos. Esse processo foi gradual, com a Campanha Diretas Já e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, culminando na Constituição de 1988, onde essas instituições na Diocese de Parintins participaram ativamente nesse processo. O contexto do Brasil em 1999 foi marcado por uma crise cambial que levou à desvalorização do Real e pela continuidade do segundo mandato do governo



Fernando Henrique Cardoso, com foco em reformas econômicas e privatizações. Houve, também, um "superapagão" que afetou diversas regiões do país e a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CADAH, L. Q., CENTURIONE D. P., VASSELAI, F, S/d).

Esse fenômeno, posteriormente, vai vislumbrar a chegada da redemocratização do Brasil, fato muito bem iniciado com o governo da Frente Brasil Popular, tendo o primeiro presidente brasileiro, vindo e representando as camadas subalternas, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003. Esse quadro da redemocratização e democratização, começa atender, embrionariamente, demandas requeridas pelo movimento popular, movimentos de direitos humanos, camponês, pescador, ribeirinho, quilombola, sindicatos, trabalhadores rurais, povos originários, operários, partidos políticos de esquerda, pastorais sociais, movimentos de mulheres. Instâncias do MPF, MPE, DPE, DPU e muitos órgãos públicos começam a cumprir seu papel e assumir oficialmente os atendimentos, mesmo que precariamente, vindos dos espaços e até demandas, que antes eram dos movimentos acima referidos em suas reivindicações. Vemos a chegada com mais afinco das políticas públicas.

Esse “paraíso sonhado chegando”, fez com que muitas instâncias e organizações populares fossem se integrando institucionalmente aos órgãos públicos do novo governo da Frente Brasil Popular, que se voltou em acompanhar e absorver as bases, especialmente, entre os partidos políticos de esquerda. A essa instância está ligada, também, certa crise que ocorreu com a CPT e CDDH da Diocese de Parintins, CPT Regional Amazonas, o encerramento da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da CNBB Norte 1, ainda no governo da Arquidiocese de Manaus com Dom Luís Soares, na coordenação do Pe. Guillermo Antônio Cardona Grisales SJ (JESUITAS NO BRASIL, 2014). Poderemos suspeitar, que a saída de parte da base das lideranças de movimentos sociais, pastorais e políticos, foi proporcionada pela sua absorção, assumindo cargos públicos ou pelo surgimento de políticas públicas, muito bem constituídas, embrionariamente, de certa forma distanciadas, dinamicamente, em seu início das instâncias populares, povos originários, comunidade tradicionais, quilombolas, pescadores, ribeirinhos e camadas subalternas urbanas. Essas Instâncias da Esquerda e Partidos Políticos da Amazônia, vão começar acordar, se reorganizar e estruturar novamente, tentando voltar às bases após o golpe feito pelo Presidente Michel Temer, retirando a Presidente Dilma Rousseff do poder e elegendo Jair Bolsonaro em 2019, apavorados com o governo autoritário que se desponta ameaçando a volta da ditadura militar. Porém esse retorno às bases, reorganização e estruturação das instâncias de esquerda que começam a caminhar, em Parintins é adiado ou



sucumbido com a chegada da Pandemia da COVID 19.

É interessante notar, creio que em muitos lugares da Amazônia e Brasil, integrante e militantes que não deixaram, ou não se afastaram totalmente da base, no caso de Parintins, CDDH, CPT, que foram desinstitucionalizados e inúmeros movimentos, surgidos pelo enfrentamento das injustiças, devido as falhas e ausências do estado no cumprimento e atendimento às políticas públicas, continuaram e continuam sentindo no cotidiano diversos sofrimentos, mas reagindo muito bem, como o Granave, Teia Cidadã, certos Movimentos Políticos, MTCA, Associação dos Assentados da Gleba Vila Amazônia, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Parintins, mesmo aderindo muito bem, ao “Sonhado Paraíso da Frente Brasil Popular”, até absorvido por esse novo governo.

O fato desses Movimentos Sociais de Parintins, permaneceram na base, não permitiu que eles perdessem o foco de continuidade na luta por dias melhores. Não podemos negar que esse processo de democratização foi muito bem enriquecido para a Ilha da Magia com a chegada das Universidades Públicas UEA, UFAM IFAM e, também, universidades particulares, ajudou e favoreceu muito, através da educação: graduação, extensão, pesquisa e pós-graduação: mestrado e doutorado, fortalecendo às pessoas maior consciência de cidadania e de integrantes de um estado de direito. Assim, o enfrentamento e a reestruturação de suas lutas por uma sociedade igualitária, mediante a regressão da democracia com Temer e Bolsonaro, foram bem mais fortificados.

Voltando para o que se propõe este texto, então, esses movimentos continuaram a partir dos desafios que se faziam presentes. Quando, em 2016, já no governo do golpista Temer, houve a necessidade de se iniciar a discussão de reestruturar da Comissão Pastoral da Terra Regional Amazonas, fui chamado entre os sete para compor a equipe de reorganização da instituição, pela antiga coordenadora da CPT Regional, a pedagoga Clara Mota, foi tomada a incumbência de rearticular a CPT enquanto instituição organizada, também, da Diocese de Parintins, ocorrendo assim no dia 09.03.2017 às 17h na casa do casal Elton e Marilene Campos, a reunião de preparação para o grande encontro do dia 10 desse mesmo mês com as entidades, movimentos, sociais, culturais e políticos da cidade, iniciativa da CPT, CDDH e MTC da Ilha Tupinambarana. Assim, no dia 10.03.2017 às 16h foi feita nesse mesmo local, a rearticulação do MTCA com alguns militantes e simpatizantes do movimento, foi falado sobre o histórico do movimento, sua reimplantação em Parintins e se detectou por parte dos integrantes antigos, certa angústia pela ausência de uma espiritualidade forte na sustentação da militância.



No dia 10.03.2017 às 19h foi realizado no sindicato de Trabalhadores Rurais de Parintins, o encontro com instituições, igrejas, movimentos, sociais, culturais, políticos da cidade, iniciativa da CPT, CDDH e MTC, tendo participação não menos de 30 pessoas com integrantes de 17 instituições representadas. Entre as várias propostas de ações, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos se tornou uma entidade da sociedade civil e não mais da Diocese de Parintins, funcionando no sistema dinâmico anarquista no sentido grego, ou seja, sem hierarquia, todos tem liberdade de expressão, governam e decidem. Foi estabelecido uma equipe de referenciais e à diocese se reservou uma cadeira cativa de participação da qual a Imã Lúcia Debela ficou a representante e acompanhante da CDDHP. No dia 11.03.2017 às 19h no Salão Paroquial de NS de Lourdes do Palmares ocorreu a reunião de rearticulação da CPT Diocesana com os antigos e futuros integrantes da Pastoral, além dos informes da CPT Regional e local, se estabeleceu passos a serem dados para o restabelecimento do trabalho da instituição na região da diocese. Entre os encaminhamentos, Manuel do Carmo pela CPT Regional, continuaria acompanhando esses trabalhos. Cabendo aos integrantes da CPT Diocesana fazer o levantamento dos problemas de terra, organizar assessorias e formação, discussão da lei orgânica do município e fazer relatórios dos problemas da área do Assentamento do INCRA na Gleba Vila Amazônia.

Vale ressaltar que as preocupações com o governo Temer, sem clareza do que ocorreria com o país, as articulações de reorganização dos movimentos populares, entre eles CDDHP e CPT, fazia com que durante as minhas viagens para dar aulas. Assim, essa articulação da CPT, também, iniciou em Itacoatiara/Am com uma reunião que realizamos no dia 01.07.2017 às 19h casa de José Jorge Barros, atualmente membro da coordenação colegiada da CPT Regional Amazonas. Esses deslocamentos fizeram com que em Parintins, ocorressem reuniões com esses movimentos sociais. No dia 08.09.2017, a CDDHP às 19h se reúne no Salão Paroquial de NS de Lourdes do Palmares, entre as tratativas foi feita a escolha dos novos referenciais da comissão, uma vez que os anteriormente escolhidos, não articularam as propostas de ações programadas. Os novos referenciais foram escolhidos pelos presentes: Profa. Ernestina Tayla, Profa. Graça Guedes, Irmã Lúcia Debela Marinho e Domingos Brasil, na expectativa de novos encaminhamentos serem realizados. Seguidamente no dia 09.09.2017 às 19hs, ocorreu a reunião da CPT Diocesana de Parintins no Sindicato de Trabalhadores Rurais, além das informações sobre a situação dos camponeses do Amazonas, foi proposta a participação dos integrantes da Pastoral na audiência Pública na Vila Amazônia sobre a implantação do Presídio



nessa localidade. Ficou acertado que todo último sábado do mês ocorreria a reunião da CPT.

Reestruturação e reorganização dos trabalhadores rurais e da cidade de Parintins cada vez mais estava avançando, em outra minha estada para ministrar aulas, ocorreu mais uma reunião da CPT no dia 18.11.2017 às 17h na casa do casal Elton e Marilene Campos. As tratativas, além do debate sobre o contexto desafiador da CPT Regional, mediante aos problemas de terras, mineradoras, povos originários, madeireiras, se destacou a organização do trabalho da CPT em Barreirinha com Debela, irmão da Irmã Lúcia, José das Queimada e a participação de Débora. Foi destacada as tratativas sobre o desmatamento da floresta nas barrancas do Rio Mamuru e a mortandade de peixes no lago Macuricanã. E no dia 19.11.2017 às 9h no Salão Paroquial de NS de Lourdes, ocorreu o encontro da CDDHP, destaque para a avaliação das atividades da comissão, informações sobre a má administração da Delegacia da Mulher com muita sujeira, violência sofrida pelo cidadão Ângelo, acompanhamento das ocupações no entorno da cidade, que Manuel do Carmo esteve visitando, juntamente, com a Profa. Maria da Fé. Foi sugerido o acompanhamento da Defensoria Pública do Estado, por sinal o Deputado Estadual do PT, José Ricardo, já estava fazendo essa solicitação. Informações deram conta das ocupações das casas construídas pela Caixa Econômica, Maria da Fé já tinha feito contato com José Ricardo, o qual estaria encaminhando cobranças dos 50 milhões liberados para essa tratativa. Foi falado que a Pastoral Carcerária da Diocese estava em processo de organização. Se levantou a questão sobre o Conselho Comunitário de Segurança. Encaminhamento de elaboração de um documento à Defensoria Pública do Estado e da União sobre a situação do desmatamento no Rio Mamuru, mortandade de Peixes no Lago Macuricanã e ocupações no entorno de Parintins.

Na última viagem em 2017 à trabalho universitário na cidade de Caprichoso e Garantido e para um Show Musical no dia 08.12.2017 às 21hs na Festa de NS de Lourdes, minha antiga paróquia, aconteceu, também, a última reunião desse ano da CPT e CDDHP nesse mesmo dia às 16h na casa do já lembrado casal, Elton e Marilene Campos, ele meu cunhado e ela minha irmã, devido minha hospedagem ser lá. As tratativas circularam na proposta de se fazer um levantamento documental junto às instituições ambientais do Pará quanto à legalização da exploração de madeira na Calha do Rio Mamuru que corta os municípios paraenses de Aveiro e Juruti, confluências com Parintins no Estado do Amazonas, a mortandade de peixes no Lago do Macuricanã se adiou, os ocupantes da Projeto Minha Casa, Minha Vida da Caixa Econômica se mobilizaram, com acompanhamento dos movimento populares, CPT e CDDHP, junto à



Câmara dos Vereadores, Caixa Econômica, superintendente do órgão, reivindicando o reinício dos trabalhos e entrega das casas. Ficou acordado nessa reunião que a CPT trabalharia sua expansão nas áreas do Rio Mamuru, Uaicurapá, Caburi, Mocambo, Remanso e Adoacá. Ficou evidente que a equipe e integrantes da CDDHP está integrada entre as diversas atividades das instituições, movimentos populares e pastorais da sociedade civil parintinense, dando sua contribuição para uma sociedade, justa, fraterna e cidadã. Por ocasião dessa reunião a Equipe da CPT Diocesana de Parintins estava assim constituída: Graça Guedes, Raimundo Rocha Carvalho, Ernesto Xavier, Sergio Muniz, Irmã Lúcia Dabella e Manuel do Carmo da Silva Campos, acompanhando pela CPT Regional Amazonas.

Nesse processo de articulação da CPT e CDDHP na Região de Parintins, na nossa primeira ida à Ilha da Magia em 2018, ocorreu o encontro dessas duas instituições no dia 03.02.2018 às 19h30 no Salão Paroquial de NS de Lourdes do Palmares. Nesse encontro, após a escuta dos presentes e dos informes a nível regional, se organizou os passos de trabalhos a serem feitos na cidade e no campo nesse novo ano que se iniciava. Nossos apontamentos dão conta que na segunda viagem à antiga Vila Bela da Imperatriz em 2018, foi realizada outra reunião na Comunidade NS de Nazaré do Lago do Zé Açú, município de Parintins no dia 05.08 às 9h, antes já comunicada ao Bispo Dom Giuliano Friageni, o objetivo principal foi a estruturação da CPT Diocesana de Parintins, uma vez que as pessoas anteriormente encarregadas dos trabalhos estavam com bastantes dificuldades para a sua condução. Estiveram presentes: Diego de Manaus integrante da REPAM, de Parintins: Pe. Arilton Cascais, natural de Maués, Vigário Geral da Diocese, Irmã Lúcia, filha de Barreirinha da Congregação da Imaculada do PIME, Profa. Ernestina Tayla da SEMED, Profa. Dra. Monica Xavier da UEA e Sérgio Muniz da Comunidade do Nazaré do Zé Açú, que foi nos apanhar em Parintins. Diversas pessoas se fizeram, também, presentes, do Lago do Zé Açú, Gleba Vila Amazônia, Paraná de Parintins, Paraná do Espírito Santo, Itaboraí e adjacências. Dessa forma se deu início a reestruturação da CPT Diocesana de Parintins, haja vista a presença de Pe. Arilton Cascais, ficando a Irmã Lúcia Debela incumbida de acompanhar a nova coordenação aclamada e Manuel do Carmo da Silva Campos fazendo o acompanhamento pela CPT Regional.

Nessa nova retomada da CPT Diocesana de Parintins, a coordenação e demais integrantes ficaram assim constituída: Profa. Rosineth Tavares Azevedo/coordenadora, Sergio Muniz/vice - coordenador, Ernestina Tayla/secretária, Poliana Souza Muniz/vice – secretária, Irmã Lúcia Debela/tesoureira, Arlindo Ferreira da Silva/vice – tesoureiro. Conselheiros (as):



Raimundo Rocha Carvalho, Marcelo Monteiro, Adilson Costa Pereira, Ernesto Xavier, Fernando Rocha Carvalho, Graça Guedes, José Correia, Maria da Fé Ramos e Elton Ferreira. Assessores: Prof. MsC. Edilson Albarado, Prof. Dra. Mônica Xavier, Profa. Dra. Nilciana Dinelly e Prof. José Paulo. Esse feito ficou registrado no Livro de Ata da instituição. Dom Giuliano foi comunicado num almoço no dia 06.08.2018 às 12h em sua residência, estávamos acompanhados de Irmã Lúcia da Congregação Imaculada do PIME.

Nesse almoço, na casa Episcopal com Dom Giuliano, foi tratada a reestruturação da CPT Diocesana de Parintins. O Bispo me sugeriu em ficar como responsável da CPT a nível diocesano, falei ao bispo, devido estar em Manaus, não poderia fazer uma boa articulação dos trabalhos na diocese, foi a minha posição, relatei a ele, que quem poderia fazer esse serviço, seria a Irmã Lúcia, que já tinha sido indicada na reunião de recriação da instituição, estaria acompanhando bem melhor, uma vez que morava em Parintins, fato isso que se consubstanciou até sua ida para outro lugar fora da Diocese. Nesse diálogo, se viu a possibilidade de até futuramente, criarmos um projeto para sustentação da CPT Diocesana de Parintins com seus diversos desafios. E assim a CPT foi se reestruturando, muitos passos estavam se dando, mas com a chegada da Pandemia da COVID 19, tudo se paralisou.

Em breve tempo, a Profa. Rosineth Tavares Azevedo renunciou a coordenação, alegando muitos desafios familiares e comunitários. Sergio Muniz assumiu como novo coordenador da instituição, ele não era só congregado mariano, foi presidente das Comunidades de NS de Nazaré e Bom Socorro do Lago do Zé Açu, muito participativo na Igreja desde a época de Dom Arcângelo Cerqua, Dom João Rizatti, Dom Gino Malvestio, era uma pessoa amiga dos padres, viajava nas desobrigas com o Pe. Gabriel Modica, Pe. Emílio Butelli, Pe. Francisco Lupino e comigo. Assim, a CPT deu início a um trabalho incansável e comprometido com as causas do homem e mulher do campo, águas e floresta nessa região da Diocese de Parintins.

Após a saída da Irmã Lúcia da Diocese de Parintins para África, Dom Giuliano falava conosco que quem poderia acompanhar a CPT Diocesana, seria o padre Marcílio de Maués, isso foi muito bem-feito em Maués durante sua estada lá. Depois poderia um pouco ser o Pe. Arilton, ou o padre responsável da Pastoral Social da Diocese, na realidade o tempo foi passando e isso não ficou bem definido. De qualquer forma, chegou-se a um momento necessário de a CPT Regional Amazonas e Nacional, dar um estipêndio de um salário ao trabalhador rural aposentado, Sérgio Muniz para sua manutenção e pequenas ajudas de custos



nas viagens no município de Parintins e quando se deslocava para Maués, chegando até as comunidades do interior. Antes Sérgio Muniz com o Prof. Edilson Albarado, aproveitavam as viagens das universidades, UFAM, IFAM e UEA, acompanhando aos trabalhos de extensão dessas instituições nas comunidades, devido seu conhecimento delas, das pessoas, e ele nessas oportunidades ao mesmo tempo, fazia o trabalho da CPT.

A partir do estipêndio de um salário-mínimo e ajuda em algumas instâncias nas viagens, melhorou muito, a CPT Diocesana passou a ter mais liberdade e autonomia em seu trabalho pastoral. Edilson Albarado que é um professor, atualmente, doutor em Pedagogia, agora substituto na UEA, mas concursado pela UFAM, sua esposa professora da UEA, acompanhavam aos trabalhos da CPT através da extensão universitária, ele vinha de experiências em Comunidades Eclesiais de Base, movimentos pastorais e populares na Diocese de Santarém/Pará, se achegou muito bem nesses trabalhos da CPT, juntamente com a equipe do Granave, Comunidades do Zé Açú, Gleba Vila Amazônia, Comunidades do Rio Tracajá, Máximo, Paranás de Parintins de Cima, do Meio e Baixo, Valéria, Maranhão e demais comunidades desse entorno, assim, também, com os movimentos e pastorais da cidade de Parintins. Nesse sentido o então professor assumiu o compromisso de assessorar todo esse trabalho da CPT Diocesana. Ele, Sérgio, Maria da Fé, Raimundo Rocha, Pe. Marcílio, Amélia Gomes de Maués e outras pessoas do Zé Açú participaram de formações e alguns eventos da CPT Regional Amazonas em Manaus, antes da morte de Sergio Muniz, e após seu falecimento, tem participado de eventos e formação da CPT Regional, Edilson Albarado, Amélia Gomes e Itanildes de Maués e o trabalhador rural Adilson do Granave de Parintins.

Após esse processo de continuidade e reestruturação da CDDH e da CPT Diocesana de Parintins, iniciado em 2017, a partir de 2018 a situação desafiadora com os diversos problemas que vinham ocorrendo, levou a CDDH, juntamente com diversos coletivos do município de Parintins e do Amazonas, a atuar com denúncias nos meios de comunicação e aos órgãos da justiça, também, fora do município. Nesse sentido a defesa dos direitos humanos na região parintinense, tomou uma propositura estadual, passando-se denominar Comissão de Defesa dos Direitos Humanos de Parintins e Amazonas(CDDHPA). Esses trabalhos foram completamente engolidos e paralisados pela Pandemia da COVID 19 como já mencionamos. De maneira que só fomos respirar no final de 2021.

Em 2022, entre os dias 27 a 31.10 por ocasião do segundo turno das eleições para Presidente da República, quando eu estive em Parintins, juntamente comigo, foi a Irmã Maria



Agostinha de Souza, que na época era coordenadora da CPT Regional Amazonas, ela esteve reunindo e visitando a região do Zé Açu, juntamente com Sergio Muniz, fez um trabalho pastoral de escuta, animação e aprendizagem com esse povo maravilhoso dessas comunidades, fortalecendo e sendo fortalecida na Espiritualidade e Humanização na luta pela terra entre os camponeses, natureza e sua biodiversidade, até conseguiu uma aspirante da Comunidade de Nazaré do Zé Açu para sua Congregação das Irmãs de Jesus Adolescente, a moça Juliana dos Santos Medeiros, que agora já se aproxima de sua consagração total ao Senhor. Ao retornar a Parintins do Lago do Zé Açu, antes dela voltar a Manaus, após a passeata do PT no dia 28 às 20h30h estivemos com o Pe. Arilton Cascais, após a missa da catedral para breves tratativas sugestivas sobre aos novos encaminhamentos da CPT.

Depois desse período, os trabalhos continuaram muito bem. Sérgio Muniz continuava liberado, com pequenas ajudas para o trabalho, passando por seguidos desafios de saúde. Seguidamente mudou o direcionamento da diocese, com a nomeação do novo Bispo Dom José Albuquerque, tendo tomado posse no dia 12.02.2023. Nesse mesmo ano morre Sergio Muniz, coordenador da CPT Diocesana de Parintins, desde essa época estamos sem coordenador da CPT Diocesana de Parintins, e os membros dessa composição desarticulados, apenas com o assessor já referido e os antigos integrantes da instituição nos movimentos de articulação social.

A CPT Regional Amazonas, devido inúmeros desafios, eventos, formações, seminários, encontros no Amazonas, Amazônia e Nacionais, não foi mais a Parintins desde outubro de 2022 para articular a criação da nova coordenação da CPT Diocesana de Parintins. A coordenação colegiada da CPT Regional Amazonas, eleita e composta por Ana Virgínia de Manaus, Jorge Barros de Itacoatiara e Luiz de Lábrea em 2025, até que se propõe ir à terra dos Bumbas e reunir, juntamente com a Diocese de Parintins, Dom José Albuquerque, Pastoris Sociais, integrantes e militantes voluntários da CPT Diocesana e o assessor que trabalhava pastoral e socialmente com o último coordenador da instituição para a escolha e aclamação da nova coordenação, até o momento está no aguardo da agenda da Diocese de Parintins.

A CDDPA, juntamente com a CPT Diocesana de Parintins, diversas instituição e coletivos do município de Parintins e do Amazonas, iniciaram trabalhos de maiores envergaduras, entre eles a denúncia feita no final de 2019 à Polícia Federal, sobre a retirada de madeira da Calha do Rio Mamuru nas confluências de Parintins/Am., Aveiro e Juruti no Pará, resultando na operação denominada “Operação Handroanthus GLO” (G1VÍDEO,2020) e a prisão de duas balsas no Porto de Vila Amazônia pelo Superintendente Alexandre Saraiva da



Polícia Federal do Amazonas, no dia 15.11.2020, que gerou intensa polêmica, afetando o Ministro do Meio Ambiente da época, querendo “passar a boiada” no governo de Bolsonaro, futuramente acabou perdendo a pasta, mesmo assim, nada mudou até o memento sobre a contenção de devastação e as balsas continuam, abarrotadas de madeiras cortando as águas espelhadas do Rio Mamuru rumando para o Pará com destinos internacionais, deixando a população da região em situações de penúrias. Veio a punição ao Superintendente com sua demissão do cargo. Desse movimento surgiu o Coletivo em Defesa da Amazônia Rio Mamuru Confluência Amazonas Pará e Adjacências (CDARMCAPA).

Nossas pesquisas deram conta que ainda em 2017, Joel Araújo, funcionário do IBAMA em Parintins, fez uma operação no Rio Mamuru contra a devastação que vinha ocorrendo nessa região pelas madeiras, constatando que estavam todas licenciadas pelos órgãos ambientais do Pará, embora algumas encerrariam em 2020. Ainda esclarecendo, das cinco petições dirigidas desde 2019 à última do primeiro semestre de 2024 ao Ministério Público Federal do Amazonas e demais órgão da justiça e ambiental do Amazonas, desdobradas ao MPF do Pará, pela CDDHPA, CPT, CDARMCAPA e parceiros, todas elas o MPF paraense solicitou arquivamentos, informando que essas tratativas judiciais já estavam sendo conduzidas pelo órgão federal do Pará. Além do mais, esse Manejo do Rio Mamuru de devastação estaria legalizado pelos órgãos ambientais do Pará. Bastidores informam que políticos paraenses e um irmão do governador Barbalho Filho, estão implicados nessa retirada de madeira. Resta a CDDHPA, CPT, CDARMCAPA e parceiros, solicitar ao MPF do Pará e ao Conselho Nacional de Justiça, auditoria e um pente fino sobre as licenças ambientais desse manejo devastador paraense de 100 km na calha do Rio Mamuru.

As ações do CDDHPA e parceiros continuaram, apesar da chegada da Pandemia da COVID 19, todas nesse período ocorreram virtualmente, inúmeras denúncias e pedidos ao MPE, MPF, DPE e DPU, desde o descuido nos hospitais de Parintins e Manaus e mortes terríveis ocorridas na Ilha e na capital amazonense. Vem atuando na defesa do Incêndio do barco e espancamentos dos rapazes filho do senhor Odenil Fonseca, acusados falsamente de um estupro que não ocorreu, até porque a menina que seria a vítima, estava dormindo no banheiro de sua casa, que a mãe apavorada pensava que a menina tinha sido raptada. Devido ao barco do Sr. Odenil Fonseca estar saindo de um porto próximo da casa, alguém alardeou que a menina estaria abordo, barco foi queimado e os três rapazes, tripulantes foram linchados, não morreram porque a Polícia chegou e os prendeu. Mais tarde com o encontro da criança, eles foram



liberados. Seguidamente foram hospitalizados, mas ficaram com distúrbios psicológicos e estão tentando auxílios e aposentadorias pelo INSS, pois não conseguem trabalhar. O prefeito Bi Garcia deu outro barco ao senhor Adenil Fonseca, mas um promotor de justiça de Parintins negou em dar entrada na justiça pedindo à Prefeitura de Parintins ao Estado, ao pedido de indenização feito pela CDDHPA aos três espancados, alegando que não compete à prefeitura e ao estado indenizar pessoas que são linchadas, mesmo com sequelas e sem poder trabalhar. Até o momento o caso está com a Defensoria Pública do Estado do Amazonas e acompanhado pelos Movimentos Sociais de Parintins.

Retomando, ainda a viagem à antiga Vila Bela da Imperatriz em outubro de 2022, foi feita uma reunião espaçosa de fortalecimento e estruturação da CDDHPA, MTCPA, CPT e parceiros na sede da Congregação Mariana no Palmares, no dia 27.10.2022 às 19h, participaram muitas pessoas, entre elas a Imã Maria José, filha de Parintins, da Congregação de São Vicente de Paulo, onde foram traçados encaminhamentos de articulação desse grande movimento de conscientização, defesa, proteção, denúncia e consolidação de cidadania dos Povos da Cidade e da Floresta. Na sexta-feira seguinte, dia 28.10.2022 às 9h foi feita uma reunião, buscando esses mesmos objetivos direcionados para o ser humano do campo, águas, floresta e sua biodiversidade, com recepção calorosa e mantando saudades de longos anos, na casa do amigo, falecido posteriormente, Arinos Carvalho na Comunidade do Laginho da Gleba Vila Amazônia, pai dos meninos Rocha e Carvalho, tivemos presenças agradáveis de trabalhadores rurais das comunidades do entorno, inclusive, comunidades paraenses fronteiriças.

Só ressaltando, após a COVID-19, juntamente com a CPT Regional Amazonas e parceiros, a CDDHPA tem acompanhado a Comunidade Mariele Franco no Sul de Lábrea/Am e outras demandas no Estado. Desde 2024, a Professora aposentada Rosa Araújo é a referencial da CDDHPA no Baixo Amazonas, uma vez que a equipe que ficou como referencial não conseguiu fazer grandes articulações em Parintins, ainda dependendo de Manaus. Atualmente, a CDDHPA tem integrantes em Tonantins, Mariele Franco no Sul de Lábrea, Maués, Barreirinha, Manaus, Autazes, Carauari, Apuí, além da equipe de Parintins. A dinâmica de nossa instituição é a Anarquia em seu sentido grego, ou seja, não tem hierarquia, todos governam e decidem as coisas de forma colegiada. Os referencias e integrantes de cada município, são todos voluntários e estão à serviço das populações da Amazônia, especialmente em situações de vulnerabilidades, povos originários e demais povos da floresta. Vale ressaltar que não temos cargos e nem trabalhamos com dinheiro, esses dois fatores, infelizmente trazem



corrupção e ambição de poder, somos voluntários e solidários, cada integrante garante sua participação e dos demais em diversas modalidades.

Após as Rodas de Conversa sobre Direitos Humanos e Povos da Amazônia, promovidas e realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos de Parintins e Amazonas, Movimento de Trabalhadores Cristãos do Amazonas, Parlamento Sustentável do Planeta Azul e os parceiros da cidade e área rural de Parintins, ocorridas na Comunidade Urbana da Vila Amazônia e seu entorno no dia 25.10.2025 às 9h, Comunidade Nova Olinda e seu entorno na Gleba Vila Amazônia nesse mesmo dia às 14h, Igreja NS de Lourdes no bairro de Palmares no dia 25.10.2025 às 19h e na Comunidade Boa Esperança e entorno Lago do Zé Açu no PA Vila Amazônia dia 26.10.2025 às 9h30, ficou acordado a realização de Fóruns Permanentes de Direitos Humanos, Políticas Públicas e os Povos da Amazônia, por grupos de comunidades, instituições, movimentos sociais, movimentos pastorais, movimentos políticos, universidades e escolas públicas, demais coletivos parceiros, afim de ver, julgar e agir, a realidade circundante, regional, nacional e internacional propugnando propostas de ações desde dentro das comunidade e demais instituições públicas e sociais, visando a melhoria de qualidade de vida dos amazônidas, natureza e sua biodiversidade.

Ressaltamos ainda, que no entorno de Manaus a Pastoral da Terra Arquidiocesana de Manaus, CPT Regional, CDDHPA, Casa da Cultura do Urubuí de Presidente Figueiredo e parceiros, desde o final de 2023, vem acompanhando as 5 mil famílias de Povos Originários sem Território da cidade de Manaus. Após longas reuniões e estudos já foi encaminhado o pedido de um Território de Uso Comum em terras públicas dessa região à FUNAI e MPF para a constituição de moradia e trabalho para essas populações que estão ao relento. Ultimamente no dia 17.01.2026 às 9h no Cruzeiro, cidade Nova 2 em Manaus, foi realizada uma reunião organizada pelo Movimento de Trabalhadores Cristãos de Manaus com participação de integrantes do CDDHPA, no qual participaram três pessoas de Parintins, Irmã Maria José, Júlia Cursino e sua filha. Além da articulação e organização dos trabalhos em Manaus e Parintins dessas duas instâncias dos Movimentos Sociais, ficou programada a realização e o estabelecimento do Primeiro Fórum de Diversidade Social, Étnico-Cultural, Religioso, Político e Ecológico de Manaus, nesse mesmo local no dia 31.01.2026 às 16h.

Vale salientar que essa experiência aqui relatada, foi baseada e intencionalizada a partir de meus estudos de graduação em filosofia realizado na Faculdade São Bento do Rio de Janeiro e de Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio, especialmente, centralizado na



temática do Reino de Deus. Após cinco anos de prática pastoral na Diocese de Parintins no Amazonas, fui para Europa estudar. Nas aulas de Doutrina Social da Igreja do Prof. Dr. Shaching SJ na Pontificia Universidade Gregoriana em Roma, onde iniciei o mestrado, veio a intuição da temática da Destinação Universal dos Bens, sistematizada na minha Dissertação de Mestrado na PUC/Rio e Tese de Doutorado na PUC/São Paulo. Esses estudos e sistematizações dessa temática vem se desdobrando num transfundo ético, moral, teológico, cristão e intencional na minha ação no magistério, humana, social, pastoral, política, ecológica, eclesial e teológica com os Povos da Amazônia nos movimentos sociais. Especialmente pelas mediações das Comunidades Eclesiais de Base, Comissão de Defesa de Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Cristãos, Parlamento Sustentável do Planeta Azul, Movimento dos Padres em Novas Dimensões, Solidariedade ao Rio Abacaxis e Coletivo em Defesa da Amazônia Rio Mamuru Confluências Amazonas Pará e Adjacências (CAMPOS, 1994; CAMPOS, 1997; CAMPOS, 1999; CAMPOS, 2005; CAMPOS Et. Al. 2008; CAMPOS, 2009; CAMPOS, 2019; PORTILHO e CAMPOS, 2020).

Considerações Finais

Neste relato de experiência, ficou evidente o estabelecimento das CEBs na Região da Diocese de Parintins, anterior à 1985 e sua continuidade após essa data. Na observação e análise desse modelo de igreja, podemos compreender que essa estrutura cebianana nos últimos 20 anos continua, porém num estilo pastoral de sacramentalização. A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra nos primeiros 20 anos após sua origem teve uma envergadura de compromisso social com os Povos da Amazônia, campo e cidade, em sua defesa e protagonismo, que o trabalho das CEBs os subsidiou. E apesar dos entraves e recuos, enfrentou os avanços do capitalismo e pela luta democrática dos movimentos sociais, culturais, políticos, ecológicos, religiosos e pastorais no enfrentamento desse sistema de exploração das riquezas da floresta, nos últimos 21 anos, a troncos e barrancos, permaneceram naquilo que se propuseram objetivamente em seu surgimento. Tudo indica que sua dinâmica de trabalho não se coadunando com teorias e práticas sociais, culturais, pastorais, políticas, teológicas, eclesiais e ecológicas, opressoras e dominadoras como sustentáculo de exploração contra as camadas subalternas da Amazônia, lhes manteve vivas e não chegaram ao falecimento. Fato esse que as CEBs na Região da Diocese de Parintins, quiçá no Estado do Amazonas, não resistiram. Possivelmente, porque foram absorvidas pela estrutura e dinâmica da igreja e do sistema que ali se estabeleceu. O desafio para o pesquisador, mesmo sendo filósofo e teólogo, ao se deparar



com a prática popular dos movimentos sociais e sistemas das pastoras, é manter a neutralidade científica e sua intencionalidade fiel aos seus aportes teóricos e das pesquisas científicas, provenientes do conhecimento, uma vez que ele se depara na sua atuação com os consensus desses movimentos, aspectos disciplinares e doutrinários das instituições religiosas com as quais ele convive. O trabalho na inter-relação Fenômeno Religioso e Movimentos Sociais, embora tendo seu comprometimento com a realidade circundante e sua emancipação cidadão e construção do Reino de Deus, sempre deve estar situado, partir e chegar com eticidade, alteridade, fraternidade e cientificidade. A fim de que não se use as pessoas e não seja usado como puro objeto de manipulação e tirar proveitos dos sujeitos vivos e da natureza.

Finalizando, saliento alguns aspectos relevantes desafiadores neste início de 2026 na região que comporta a Diocese de Parintins. A situação de Maués, especialmente entre os Povos Originários, Ribeirinhos e demais Povos da Floresta, relatada durante a visita da Caravana de Direitos Humanos no início de agosto de 2025, é muita desafiadora e gritante apontando problemas de drogas, garimpo ilegal, ausência de políticas públicas, desaparecimento de um indígena, com suspeita de assassinatos por madeireiros. Maués parece bem complicada, Reinaldo Santana Magalhães, 20 anos da etnia Sateré Mawé, desaparecido desde 28.04.2023 na região do Rio Urupadi (CIMI, 2023) e até agora o MPF não desvendou o seu sumiço, expansão do narcotráfico na região limítrofe entre ribeirinhos e o povo Sateré-Mawé, suspeita de grandes interesses de instituições governamentais, universidades, grupos ambientais, empresariais e até da justiça, com debates sobre a criação de áreas de preservação e conservação em terras públicas, iniciativas excelentes, mas o grande problema que se depara, é que muitas vezes por detrás, existem interesses do capitalismo madeireiro, minerador, de pesca e outros, pela “devastação legalizada” através do manejo sustentável, trazendo benefícios para as empresas com seus grupos disfarçados, ganhando as famosas licenças e licitações combinadas, e as populações tendo ganho zero, se tornando figuras invisíveis. Madeireira e mineradoras, nunca trazem benefícios ao povo de seu entorno, mas apenas interessam seus lucros para exportação (CIMI, 2025).

Em Parintins, ainda se destaca ausências de políticas públicas na cidade e nas comunidades rurais, condizentes com as necessidades da população. A violência urbana na Ilha Tupinambarana provocada pela droga já integrada às facções, também, em diversas comunidades rurais e no Pá Vila Amazônia, vem aumentando, até provocando assassinatos. Grilagens de terras continuam dentro do assentamento do INCRA na Gleba Vila Amazônia



feitas por empresários, fazendeiros e pessoas que não tem perfil de reforma agrária, parte já denunciadas ao MPF pela CPT e CDDHPA. Lagos com as margens devastadas, assoreadas com baixo nível de água no período da vazante, devido às mudanças climáticas causadas pela devastação da Amazônia. Infelizmente tem ocorrido violências contra as mulheres, tráfico de crianças há bastante tempo.

A situação da terra dos quilombolas em Barreirinha que precisa ser definida, a área já está delimitada, uma vez homologada a demarcação, ribeirinhos e a prefeitura chegam a alegar, que se homologarem essa terra dos quilombolas, os ribeirinhos não terão mais terra, porque o município de Barreirinha é absorvido pela demarcação das terras dos Povos Originários Sateré-Mawé. Essa alegação, ameaça a emancipação de sua população, preservação e conservação da floresta e sua biodiversidade nessas terras

Abrindo o leque para as questões mais abrangentes da Amazônia, podemos observar, que as populações de Presidente Figueiredo/Am., Coari/Am., Silves/Am., Juruti/PA, Oriximiná/PA e Manaus, destacando apenas alguns municípios, cercadas pelas mineradoras e empresa desse ramos, deveriam ser um paraíso endinheirado para suas populações, mas é o contrário, enfrentam inúmeros desafios, não só econômico, saúde, educação, trabalho, má qualidade de vida, além do ataque devastador à natureza e sua biodiversidade, haja vista que suas riquezas geram lucros para o capitalismo explorador-exportador, deixando os míseros *royalties* para a União, Estado e Município, gerando um produto interno bruto de destaque, conhecido como desenvolvimento para os capitalistas empresários e mineradoras exportadoras, porém essas riquezas nunca chegam às populações dessas cidades, as quais ficam cada vez mais ausentes dos bens da natureza, tendo grandes desafios em sua qualidade de vida (PEREIRA, 2023). Isso ocorre, também, na cidade de Manaus, local da existência das maiores favelas do Brasil com péssima infraestrutura e toda devastada, além do pouco dinheiro deixado pelo Distrito Industrial, e o maior rapinado pelas empresas, os maus políticos dessa cidade e do Amazonas, deitam e rolam em fanfaras com nossos impostos.

Não podemos negar que outros problemas despontam no Amazonas, entre eles o Massacre do Rio Abacaxis, no início de agosto de 2020, que matou 8 pessoas e um desaparecido, com suspeita de 20, seus criminosos todos soltos. São acusados policiais da Polícia Militar do Amazonas, implicando, também, o governador atual do Amazonas, Wilson Lima, Secretário de Segurança e o Comandante da Polícia Milita do Amazonas da época, fato ocorrido na região de Nova Olinda do Norte da Diocese de Borba/Am (CPT, 2025). Isso sem



falar das mortes do Indigenista da Funai, Bruno Pereira e do Jornalista inglês, Dom Phillips, assassinados barbaramente no Vale do Javari (DW, 2024).

Muitos desafios a região do Médio e Baixo Amazonas da Diocese de Parintins enfrenta, mas não se pode comparar com os problemas da AMACRO, marcada pelo derramamento de sangue, no cruzamento entre Amazonas, Rondônia e Acre, onde estão as Diocese de Rio Branco do Acre, Diocese de Cruzeiro do Sul, a cidade de Boca do Acre/Am, Sul do Amazonas, Prelazia de Lábrea/Am, Diocese de Porto Velho, Diocese de Humaitá palco de assassinatos, violências e grilagens de terras públicas pelo capital financeiro, madeireiro, minerador, de soja e de criação de gado, versado na exploração de tudo que rapinam da Amazônia Brasileira com destinos escusos rumando para países diversos, menos pra os pobres da Amazônia, deixando a natureza e toda sua biodiversidade comprometidas ao colapso (PIRES, 2025).

Alerta se desponta sobre o que ocorrerá com a Amazônia, uma vez que a BR 317 corta essa região, sendo a porta de entrada da Nova Rota da Seda, ou da Soja na Amazônia, trazendo os produtos da Ásia, desembarcados no Porto de Chancay no Peru, construído pelo governo chinês, que foi inaugurado no dia 18 de novembro de 2024, e também, levando os produtos da Amazônia. Vale ressaltar que o acesso da Ásia para o porto Chibatão em Manaus pelo Atlântico que gasta 46 dias, via Pacífico, pelo Porto peruano mencionado, gastará apenas 25 dias, essa produção chinesa chegará a todo o Brasil por estradas de rodagens, hidrovias e futuramente por ferrovias (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2024). Urge a presença do Estado Brasileiro nessa região com atendimentos às políticas públicas para essas populações, caso contrário se tornará um novo saque dos bens dos Povos da Amazônia, palco de novas pandemias, rapinagens da natureza e sua biodiversidade. Além da penetração do capital estrangeiro que continua pelo Atlântico e agora intensificado pela Nova Dubai do Caribe nas Guianas (PRAZERES, 2024).

Parece relevante para a construção da Cidadania e do Reino de Deus, no Planeta Azul, a negociação de um pacto integrador Mítico-Teológico, Ético e Científico, versado na fraternidade, alteridade, ética e ciência no lidar com a sociedade, humanos, natureza e biodiversidade. Conclamamos aos coletivos e instituições do Médio e Baixo Amazonas, da Amazônia e do Mundo, a não cruzarem os braços, vamos levantar as mãos e nos fortificar pela construção de nosso Planeta Azul com cidadania, religiosidade, natureza e biodiversidade entre nossas populações. Unidos venceremos com as bênçãos da Trindade Santa e de nossa Senhora das Graças. Força nesta caminhada libertadora, na construção do Reino de Deus, irmãos, irmãs, companheiros e companheiras nos caminhos do amor e cidadania.



Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. Carga do Porto de Chancay chega ao Acre pela primeira vez em “viagem piloto”. **AC 24 Horas**, Rio Branco, 2024. Disponível em <https://ac24horas.com/2024/08/07/carga-do-porto-de-chancay-chega-ao-acre-pela-primeira-vez-em-viagem-piloto/>. Acesso em 21.11.2025 às 14h18.

ALVES, Andreza Michelle dos Santos. Comunidades Eclesiais de Base e a teologia da libertação: experiências, memórias e resistências (Manaus, 1980/2017). **Anais do XXIV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. História e Democracia. Precisamos falar sobre isso.** 3 a 6 de setembro de 2018. Disponível em https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1530633795_ARQUIVO_ANDRE_ZAANPUH.pdf. Acesso em 16.12.2025 às 17h25.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades Eclesiais de Base na História Social da Igreja: Cariacica (1973-1989)**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. In: https://www.dhnet.org.br/dados/teses/edh/tese_barbosa_cebs_cariacica.pdf > Acesso em 16.12.2025 às 17h34.

BARBOSA, Ierecê; CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva; RODRIGUES, Michele Amorim; MEDEIROS, Tânia Maria Cortez de. **Ecologia Humana, Natureza e Meio Ambiente nos Povos da Amazônia: Contribuições Éticas, Morais e Culturais para o Ensino de Ciências**. Manaus: UEA Editora – FAPEAM, 1ª Ed. 2008, 2ª Ed. 2019.

BOFF, Clodovis. **Teología de lo Político**. Sus Mediaciones. Salamanca, 1980;

BOFF, Clodovis. **Teologia do Político e suas Mediações**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Clodovis. **Teoria do Método Teológico**. Petrópolis: Vozes, 2015.

CADAH, L. Q., CENTURIONE D. P., VASSELAI, F. **Controle Legislativo e Accountability no Brasil: As Comissões Parlamentares de Inquérito no contexto do Presidencialismo de Coalizão**. In: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpsep.fflch.usp.br/files/inline-files/70-231-1-PB.pdf>. > Acesso Em 20.11.2025 às 13h20.

CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. **A Destinação Universal dos Bens na Doutrina Social da Igreja**. Contribuição da Moral Social para o acesso dos Bens aos Pobres. Manaus: Edições UEA, 2009.

CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. A Destinação Universal dos Bens e a Educação no Brasil. **Revista de Cultura Teológica**. v.26, p.85 - 91, 1999.

CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. **A Doutrina Social da Igreja e o Princípio da Destinação Universal dos Bens**, 2019. Manaus: BK Editora.

CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. A Moralidade Cristã do Trabalho. **Revista de Cultura Teológica**. v.20, p.119 - 128, 1997.

CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. **O Lugar da Teologia na Contemporaneidade: A Destinação Universal dos Bens na Perspectiva Bíblica, Patrística e Teologia**. Manaus: Editora UEA/BK Editora, 2005.

CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. O Princípio da Destinação Universal dos Bens na Doutrina Social da Igreja. Contribuição da Moral Social para o acesso dos Bens aos Pobres.



Revista de Cultura Teológica. v.18, p.19 - 40, 1997.

CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. O Princípio da Destinação Universal dos Bens na Doutrina Social da Igreja. **Revista de Cultura Teológica.** v.06, p.63 - 72, 1994.

CANUTO, Antônio. **Peregrino por Terra e Trabalho.** Um Padre além dos Muros da Igreja. São Paulo: Livraria Cajueiro, 2025.

CANUTO, Antônio. **Resistência e Luta Conquistam Território no Araguaia Mato-grossense.** São Feliz do Araguaia: Expressão Popular, 2019.

CASTELANO, Maria José. **A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais nas décadas de 1970 e 1980 no Oeste do Paraná.** Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2018. In: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/21210>. Acesso em 16.12.2025 às 21h20.

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e Barbárie.** Conflitos Socioterritoriais no Bico do Papagaio. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2015. In: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-19012017-121543/publico/2015_PatriciaRochaChaves_VOrig.pdf. Acesso em 17.12.2025 às 00h35.

CIMI. **Cimi denuncia desaparecimento de indígena Sateré-Mawé em área de exploração madeireira,** 2023. Disponível em <https://cimi.org.br/2023/06/cimi-denuncia-desaparecimento-de-indigena-satere-mawe-em-area-de-exploracao-madeireira/#>. Acesso em 19.11.2025 às 19h45.

CIMI. **Caravana de Direitos Humanos testemunha violação de direitos, ameaças, omissão e resistência no território Sateré Mawé,** 2025. Disponível em <https://cimi.org.br/2025/08/caravana-direitos-humanos-satere-mawe/>. Acesso em 19.11.2025 às 19h55.

CPT. **Cadernos de Conflitos no Campo.** Brasil 2024. Goiânia: CPT, 2025.

CPT. **Comunidade e familiares de vítimas do Massacre do Rio Abacaxis reivindicam justiça durante o 31º Grito dos Excluídos em Manaus (Am).** Goiânia: CPT, 2025. Disponível em <https://cptnacional.org.br/2025/09/12/rio-abacaxis-grito-excluidos/>. Acesso em 19.11.2025 às 20h50.

DIAS, Tiago Cosmo da Silva. A Sinodalidade na América Latina: o testemunho das Comunidades Eclesiais de Base. **Revista Pesquisa em Teologia - PqTeo,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 2022, p. 237-249. Disponível em <https://periodicos.puc-rio.br/pesquisasemteologia/article/view/1806>. Acesso em 16.12.2025 às 17h54.

DW- Deutsche Welle. **O Caso Bruno Pereira e Dom Phillips.** 2024. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/caso-bruno-pereira-e-dom-phillips/t-62130792>. Acesso em 19.11.2025 às 20h56.

FERNANDES, Dom Luiz. **Como se faz uma Comunidade Eclesial de Base.** Petrópolis: Vozes, 1984.

G1 VÍDEO: **PF apreende toneladas de madeira extraída ilegalmente da Amazônia: veja flagrantes.** Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/11/29/video-pf-apreende-toneladas-de-madeira-extraida-ilegalmente-da-amazonia-veja-flagrantes.ghtml>.

Acesso em 19.11.2025 às 21h10.



JESUITAS NO BRASIL. **Padre Guillermo Cardona se despede de Manaus**, 2014. Disponível em <https://jesuitasbrasil.org.br/padre-guillermo-cardona-se-despede-de-manau/>. Acesso em 20.11.2025 às 13h43.

NUNES, Danilo Henrique; LEHFELD, Lucas De Souza; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. A Evolução Histórica dos Direitos Humanos Fundamentais no Brasil: Do Surgimento à sua Transformação na Contemporaneidade. **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**. v. 8 n. 1, p. 68 – 89, Jan/Jul. 2022. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/8670> . Acesso em 16.12.2025.

OEDH. **Introdução aos Direitos Humanos**. São Paulo: Unesp, 2023. In: <https://tecerdireitos.mdh.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/ebook-introducao-aos-direitos-humanos.pdf> . Acesso em 16.12.2025 às 19h49.

PEREIRA, Renato. **Cientistas sugerem a inclusão das comunidades locais nas discussões sobre o tema e adoção de mais transparências no processo**. CNN, 2023. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/estudo-mostra-que-mineracao-na-amazonia-e-um-risco-a-biodiversidade/>. Acesso em 19.11.2025 às 20h32.

PIRES, Talita. **Amacro: ameaças e assassinatos marcam área de avanço do agronegócio na Amazônia**. São Paulo: Brasil de Fato, 2025. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/30/amacro-ameacas-e-assassinatos-marcam-area-de-avanco-do-agronegocio-na-amazonia/> . Acesso em 19.11.2025 às 21h10.

PORTILHO, Karla Kellem e CAMPOS, Manuel do Carmo da Silva. **A Moral Ambiental no Ensino Fundamental**. Desafios e Possibilidades Éticas e Educacionais na Amazônia. Manaus: Ed. BK, 2020.

PRAZERES, Leandro. **A riqueza na 'Dubai' vizinha ao Brasil: 'É como se país tivesse ganhado na loteria'**. Brasil: BBC NEWS, 2024. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy0dzt8nn8do>. Acesso em 21.11.2025 às 14h21.

SILVA, Adilson Alves da. **A Educação do Campo em Goiás: Contribuições da Comissão Pastoral da Terra**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: PUC, 2012. Disponível em <https://tede2.pucgoias.edu.br/bitstream/tede/1071/1/ADILSON%20ALVES%20DA%20SILVA.pdf> . Acesso em 16.12.2025 às 21h34;

SILVA, Victória Gambetta da. **Juventude Operária Católica em Santa Catarina (1948-1970): trajetória, memórias e experiências**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91341/260698.pdf?sequence=1> . Acesso em 14.08.2025 às 19h01.

SOUZA, Isabela. **A evolução dos direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Politize, 2017. Disponível em <https://www.politize.com.br/direitos-humanos-no-brasil/>> Acesso em 16.12.2025 às 20h10.

Apresentado em 21/11/2025
Aprovado em 20/12/2025